

Lista dos elementos instrutórios:*

- Requerimento, acompanhado de cópia do documento de identificação do requerente;
- Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação;
- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos;
- Certidão da Conservatória do Registo Comercial, caso o requerente constitua uma sociedade ou código de acesso da certidão permanente (a entrega deste código a qualquer entidade pública dispensa a apresentação de uma certidão em papel – Art.º 75.º, n.º 5 do Código do Registo Comercial);
- Projetos de **engenharia das especialidades** que integram a obra designadamente:
(Devendo cada projeto conter memória descritiva e justificativa, bem como os cálculos, se for caso disso, e as peças desenhadas, em escala tecnicamente adequada, com os respetivos termos de responsabilidade dos técnicos autores dos projetos acompanhados das respetivas certidões da associação profissional correspondente)
 - infraestruturas viárias incluindo sinalização horizontal e vertical e pormenorização do parque de ecoponto e recolha de RSU;
 - rede de abastecimento de águas;
 - rede de drenagem de águas pluviais;
 - rede de águas residuais domésticas;
 - tratamento paisagístico;
 - rede de gás;
 - rede de infraestruturas elétricas, incluindo iluminação pública;
 - rede de telecomunicações.
- Orçamento da obra, por especialidades e global, baseado em quantidades e qualidades dos trabalhos necessários à sua execução, devendo neles ser adotadas as normas europeias e as portuguesas em vigor ou as especificações do Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
- Condições técnicas gerais e especiais do caderno de encargos, incluindo prazos para o início e para o termo da execução dos trabalhos;
- Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta exista e estiver em vigor;
- Termo de responsabilidade subscrito pelo **autor do projeto**, acompanhado de certidão da respetiva associação profissional;
- Termo de responsabilidade do **coordenador dos projetos** acompanhado de certidão da respetiva associação profissional;
- Contrato de urbanização, caso o requerente entenda proceder, desde logo, à sua apresentação;
- Plano de acessibilidades — desde que inclua tipologias do artigo 2.º do Decreto -Lei n.º 163/2006;
- Estudo que demonstre a conformidade com o Regulamento Geral do Ruído, contendo informação acústica adequada relativa à situação atual e à decorrente da execução da operação de loteamento;
- Cópia da notificação do deferimento do pedido de licenciamento da operação de loteamento;
- Documento comprovativo da prestação de caução;
- Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro;
- Termo de responsabilidade subscrito pelo **diretor técnico de obra**, acompanhado de certidão da respetiva associação profissional;
- Declaração de titularidade de alvará emitido pelo InCI, I. P., com habilitações adequadas à natureza e valor da obra, ou título de registo emitido por aquela entidade, com subcategorias adequadas aos trabalhos a executar, a verificar através da consulta do portal do InCI, I. P., pela entidade licenciadora, no prazo previsto para a rejeição da comunicação prévia;

Lista dos elementos instrutórios: *

- Livro de obra, com menção do termo de abertura;
- Plano de segurança e saúde;
- Minuta do contrato de urbanização aprovada, quando exista;
- Projeto das obras de urbanização em suporte informático – CD:** peças desenhadas em *dwf*; elementos escritos em *pdf*, *doc* ou *xls* e imagens em *jpg*.
- Observações:
